

# OS LIMITES DE UMA ESTRATÉGIA

— LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO —



Milton Michido/AE - 09/07/94

158

Cem dias. Muito pouco tempo para avaliar um governo. Porém, tempo bastante para perceber os limites das duas opções estratégicas deste Primeiro Tucanato: assegurar um fluxo contínuo de capitais externos para garantir o equilíbrio do real e o desenvolvimento do País, e em seguida — com esse tesouro de guerra — isolar e reduzir os bolsões conservadores e clientelísticos perpétuados no alto comando da administração pública pela aliança PFL-PSDB.

Evidentemente, tudo o que desandou não é culpa de FHC. De um lado, há uma crise financeira mundial. Analistas europeus pensam que o dólar, a exemplo do sucedido com a libra inglesa a partir dos anos 1960, entra agora numa fase longa de declínio como divisa internacional. Se isto for verdade, a economia e a moeda brasileira sofrerão todas as repercussões dos abalos presentes e futuros no norte do continente. De outro lado, na frente interna, a longa transição democrática, mais longa que a própria ditadura militar, gerou uma série de encrencas — em boa parte refletidas nos emperramentos constitucionais —, entre o setor público e o privado, os Estados e o governo federal, o presidente e o Congresso. Ambas as perturbações, tanto a externa como a interna, atingiriam

o presidente, qualquer que fosse seu quadrante político, instalado em 1995 no Planalto.

Ainda assim, uma auto-suficiência intelectual, alguma arrogância paulistana e certo preconceito de classe se juntaram para ampliar os desacertos iniciais do governo. Diga-se logo, esses vieses não são sequelas do embate eleitoral mas, ao contrário, se apresentam como elementos constitutivos da aliança PSDB-PFL. Em outras palavras, eles não se manifestaram só contra o PT, mas também, e principalmente, contra os aliados nordestinos e o PFL, tidos como ultrapassados e facilmente manobráveis por FHC e os administradores tucanos.

Daí a subestimação da real força política e social do PFL. Daí o choque entre os contrapesos clientelísticos embutidos na Administração Pública e os planos reformistas dos intelectuais tucanos, ministros ou eminências pardas, que desejam modernizar a máquina estatal. Daí o desacordo patético que envolve o Planalto e o Congresso no preenchimento dos 3.000 cargos de segundo e terceiro escalão. Daí a querela acerca das reformas constitucionais. Sobre este ponto, cabe lembrar que o atraso no detalhamento e atualização dos dispositivos constitucionais decorre diretamente da es-

tratégia parlamentarista perseguida pelo PSDB entre 1988 e 1993.

Durante anos, as lideranças tucanas proclamaram que as re-

formas constitucionais só poderiam ser levadas avante depois do Plebiscito de 1993. Quando o eleitorado tivesse escolhido o parlamentarismo, apresentando

como panacéia universal. Deu no que deu, e a frente reformista do Congresso ficou cinco anos paralisada pelas manobras inúteis suscitadas pela campanha parlamentarista.

O andamento das reformas previstas no programa do PSDB e objetivamente, sinceramente, desejadas por FHC se tornou mais complicado depois que os equívocos sobre os aliados internos se juntaram aos erros de avaliação sobre os aliados externos do governo. Nesse sentido, o discurso de posse de FHC contém mais uma de suas célebres previsões geniais-até-a-véspera. No momento em que o presidente anunciava em ciclo longo de desenvolvimento nacional fundado numa catadupa de capitais externos, o mundo assistia a um terremoto financeiro cujas ondas de choque sacodem a economia mundial e certamente já jogaram para baixo o crescimento da América Latina. Também aqui, a auto-suficiência intelectual tucana está fazendo o País pagar um pesado tributo.

É verdade que a economia está fazendo o País pagar um pesado tributo. É verdade que a economia precisava se abrir às trocas internacionais e a indústria brasileira devia se mobilizar. Mas também é certo que, ninguém, nem o mais fanático livre-cambista ensinando em Chi-

cago, nunca pretendeu definir uma política industrial nacional a partir do oba-oba importador; do malabarismo com as alíquotas alfandegárias. A despeito dos riscos incorridos, o governo preferiu continuar no populismo de classe média do ex-ministro Ciro Gomes, importando carros até entupir os cais dos portos. Dezenas de vezes, grandes e pequenos economistas da equipe tucana vieram a público garantir que não havia nenhum risco de desequilíbrio comercial ou cambial.

As reservas de 42 bilhões pareciam tão enormes que o ministro Paulo Renato contava retirar dali 20 bilhões de dólares para financiar reformas de infraestrutura. Mesmo que a marcha a ré tenha sido engrenada, limitando-se de novo as importações de carros e eletrodomésticos, os sulcos da barbearagem na gestão econômica ficarão por muito tempo gravados no chão da frente da casa. Barbearagem econômica no plano externo, trombadas políticas no plano interno. Para um governo cuja competência tem sido alardeada em Internet e GloboSat, bastante coisa errada aconteceu em três meses.

Luiz Felipe de Alencastro, historiador, é pesquisador do Cebrap e professor do Instituto de Economia da Unicamp.